

---

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

**Local: Campos Ipolon - Rua Alagoas, 2015 - Centro, sala 1008 – Londrina-PR**

**Data: 06 de dezembro de 2017**

**Horário: 13h30 (1ª convocação) – 13h45 (2ª convocação)**

1 Aos seis dias do mês de dezembro de dois mil e dezessete foi realizada reunião ordinária do  
2 Conselho Municipal de Assistência Social, no Campus Ipolon, sito a Rua Alagoas, 2015, sala  
3 1008 - Centro, Londrina-PR. A reunião iniciou-se em segunda chamada, às treze horas e 45  
4 minutos. Estiveram presentes o(a)s seguintes conselheiro(a)s: Marina Bertoncini de  
5 Andrade, Gisele de Cássia Tavares, Paulo Sérgio Aragão, Rodrigo Eduardo Zambon, Renata  
6 Gomes Simões, Maria Ines Louro, Gisélia Duarte Dias Paulino, Maria Angela Santini, Ana  
7 Karina Anduchuka Barbosa, Maria Ines Galvão de Melo, Andrea Ramondini Danelon, Neusa  
8 Harumi Tiba, Janaina Stabile Soares Lenzi, Cláudio Roberto Rufino, Cassinéia Caberlin, João  
9 Francisco Ferraz de Lima, Luana Garcia Campos, Liliane de Fátima Lankaites, Adriana  
10 Martinelli Casagrande, Ana Claudia Vieira Martins, Edna Luiza dos Santos, Valmirete Alves da  
11 Silva, Alvino dos Santos Murça (nome social Vanessa), Rosana de Almeida Souza, Edna  
12 Costa de Oliveira, Leonardo Aparecido Gomes. Justificaram a ausência os conselheiros:  
13 Amanda Boza Gonçalves de Carvalho, Nádia Oliveira de Moura, Danilo Komar Silva, Juliana  
14 Rodrigues da Cruz Santos, Alisson Fernando Moreira Poças e Helton Fabio de Oliveira.  
15 Estiveram presentes também os seguintes participantes: Janaina Arruda Messias – Espro,  
16 Ana Lucia Conde – Provopar-LD, Adriana Fábila Zaganini Paschoal – Associação Flávia  
17 Cristina, Emilia Tutida – Cras Oeste B, Kely Cristina Lemes dos Santos – Cras Oeste B,  
18 Paula – Cras Oeste B, Patrícia Oliveira – Cras Oeste B, Séfora Renata dos Santos – Cras  
19 Oeste B, Maria Edna Chagas Silva – Cras Leste, Daniel Soares da Silva – Provopar, Valéria  
20 Espinosa – Casa Acolhedora, Luciana Alvarez – Secretaria Municipal do Idoso. Neusa iniciou  
21 a reunião informando sobre a extensa pauta e que se houvesse necessidade teria que  
22 realizar outra reunião no próximo dia 13 para esgotar os assuntos, e que após esta data não  
23 haveria mais reunião no ano de 2017 com o retorno dos trabalhos do CMAS no próximo ano.  
24 No entanto, as comissões teriam continuidade dos trabalhos. Neusa iniciou os trabalhos  
25 saudando os presentes e na sequencia realizando a leitura da pauta para aprovação: **1 -**  
26 **Apresentação e aprovação da pauta, 2 - Aprovação de Atas, 3 - Aprovação do**  
27 **calendário de reuniões de 2018, 4 - Municipalização dos 03 CRAS - Centro de**  
28 **Referência de Assistência Social, 5 - Apresentação dos valores recebidos das fontes**  
29 **externas no exercício de 2017, 6 - Prestação de contas da execução da Operação noite**  
30 **Fria, 7 - Repactuação do atendimento físico dos Pisos Paranaenses de Assistência**  
31 **Social, 8 - Relato: Comitê Intersetorial Pop Rua, 9 - Relato de Comissões, 10 –**  
32 **Informes.** Neusa Tiba apresentou a proposta de pauta e propôs que o ponto de pauta  
33 Prestação de contas da execução da Operação noite Fria fosse retirado, visto que o  
34 conselheiro Helton que havia solicitado o referido ponto não estava presente na reunião por  
35 estar participando da XI Conferência Nacional De Assistência Social e sugeriu como pauta  
36 para o início do ano de 2018. A conselheira Luana Garcia relatou que não é só de interesse

---

### Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

37 do referido conselheiro esta prestação de contas da Operação Noite Fria, mas de todos, pois  
38 chega para o CMAS deliberar os recursos, porém não chega a prestação dos serviços  
39 prestados com o recurso. Isso é de interesse de todos os membros do CMAS. Ainda  
40 ressaltou que todos os anos o CMAS apresenta o balanço da operação noite fria o que não  
41 ocorreu esse ano. Após exposição das opiniões foi deliberado a plenária a aprovação da  
42 presente pauta. **2. Aprovação de Atas;** Neusa apresentou as atas dos dias 14/11/2017 e do  
43 dia 29/11/2017. Foram aprovadas ambas as atas, sendo que na votação da ata do dia  
44 14/11/2017 tiveram 2 abstenções e na ata do dia 29/11/2017 tiveram 3 abstenções, todos por  
45 conselheiro(a) que não estavam presentes nas respectivas reuniões. **3. Aprovação do**  
46 **calendário de reuniões de 2018:** Neusa Tiba apresentou o levantamento realizado por email  
47 sobre preferência de dias e horários das reuniões, porém houveram divergências e diante  
48 disso Neusa disse que iria considerar a opinião de quem estivesse presentes na plenária  
49 levando a votação quanto ao horário. Diante de empate nos votos e argumentos para que  
50 justificasse a reunião para alguns no horário da manhã e para outros no horário da tarde, foi  
51 proposto que a reunião ocorra em horários alternados. O que a maioria da plenária  
52 concordou. Marina e Edna, ambas secretarias da mesa diretora relataram que não estarão  
53 presentes nas reuniões no período da manhã. Edna devido estar na faculdade pelo período  
54 da manhã e Marina por ter compromissos com a filha em alguns dias e em outros por  
55 acompanhar atividades do centro pop que ocorrem as quartas feiras pela manhã. Neusa  
56 solicitou que alguém se disponibilize para elaborar as atas quando a reunião ocorrer no  
57 período matutino. Ficando Marina e Edna responsáveis pela elaboração das atas no período  
58 vespertino. A presidente Neusa solicitou que fosse apresentado os relatos das Comissões,  
59 visto que para apresentar os outros pontos de pauta teria que aguardar a chegada de Paulo  
60 Aragão, Maria Inês Galvão e Gisele Tavares. Justificou que Paulo e Maria Inês estariam em  
61 reunião com prefeito e Provopar justamente para tratar de assuntos afetos a Municipalização  
62 dos CRAS. **8- Relato: Comitê Intersetorial Pop Rua;** Vanessa relatou que participou de  
63 duas reuniões do Comitê POP Rua, pois antes o CMAS não tinha representação, destacou  
64 que foram tratadas várias questões dentre elas a falta de reposição do profissional Terapeuta  
65 Ocupacional no Centro POP e a dificuldade de ter atendimento psicológico só no período  
66 matutino. Leonardo relatou seu descontentamento referente ao atendimento prestado pelo  
67 Centro POP que fere a qualidade do atendimento ofertado à população. Destacou que já  
68 pontuou algumas questões com a SMAS, mas que não foram tomadas providências. Marina  
69 relatou que todas as questões levadas pelos usuários são consideradas e discutidas com  
70 coordenação e equipe, bem como quando há questões de providências da gestão são  
71 levadas a diretoria e secretaria para as devidas providências cabíveis, tanto que está  
72 havendo um reordenamento do Centro POP. Neusa Tiba pediu para focar apenas no relato  
73 do trabalho do comitê sem se delongar nas discussões do processo de trabalho. Vanessa  
74 retomou finalizado que outro direcionamento do Comitê foi a criação de um espaço de  
75 convivência para o morador de rua e uma melhor articulação com as demais políticas. **10.**  
76 **Relato de Comissões:** O conselheiro Rodrigo representante da comissão de

---

### Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

77 acompanhamento relatou que ele e o conselheiro Helton realizaram visita a entidade AME  
78 devido a denúncia formalizada no CMAS de que a entidade estaria realizando cobranças  
79 indevidas aos familiares. Segundo Rodrigo a representante da entidade Viviane confirmou  
80 que entregavam envelope com o pedido de doação voluntária, porém desde a advertência da  
81 secretaria de assistência social está pratica foi cancelada. A conselheira Rosana pontuou que  
82 ela contribuía com a entidade, destacou que a questão da doação foi uma determinação do  
83 conselho de pais da entidade e ressaltou que não era obrigatória a contribuição. Rodrigo  
84 ressaltou que essa prática não condiz com a política de Assistência Social. Neusa ressaltou  
85 que as doações podem ser solicitadas, mas nunca pela via do usuário. Valmirete diz que  
86 mesmo que não seja coercitivo pode causar constrangimento com a entrega do envelope,  
87 pois a família pode se sentir na obrigação de contribuir como os demais. A conselheira Ana  
88 Claudia colocou que o conselho pode sim fazer uma notificação, porém a SMAS tem sua  
89 função de fiscalizar os convênios, destaca que são funções diferentes. Rodrigo relatou que  
90 SMAS já fez visita de monitoramento e já coibiu a instituição de tal prática com risco de  
91 suspensão do convênio. Contudo acredita que o CMAS também deve se manifestar por meio  
92 de ofício para que o ato não se repita. Neusa levou a sugestão a plenária que deliberou pelo  
93 envio de ofício e pela intensificação do acompanhamento. Os conselheiros da referida  
94 comissão relataram estar em poucas pessoas para realizar o acompanhamento dos serviços.  
95 Neusa Tiba abordou a importância das comissões temáticas deste conselho, destacou a  
96 importância do aprimoramento dos trabalhos para o ano de 2018, no que diz respeito a  
97 comissão de acompanhamento abordou a importância de um acompanhamento mais  
98 próximo tanto serviços governamentais como dos serviços não governamentais e solicitou  
99 que outros conselheiros integrem a comissão de acompanhamento para ficarem em maior  
100 número prevenindo situação de sobrecarga aos conselheiros. Se dispuseram para compor a  
101 comissão de acompanhamento: Edna Santos e Adriana Casagrande. A plenária solicitou  
102 inversão de pauta, por acreditarem que a temática municipalização seria de ampla discussão  
103 e diante disso passou a palavra a Gisele Tavares com os seguintes pontos de Pauta: **5 -**  
104 **Apresentação dos valores recebidos das fontes externas no exercício de 2017; 7-**  
105 **Repactuação do atendimento físico dos Pisos Paranaenses de Assistência Social:**  
106 Gisele abordou os itens 5 e 7 da pauta, relativos à apresentação dos valores recebidos das  
107 fontes externas no exercício de 2017 e à repactuação do atendimento físico dos Pisos  
108 Paranaenses de Assistência Social, respectivamente. Iniciou pelo ponto 7, informando que o  
109 Município de Londrina recebeu repasses estaduais dos pisos que foram objeto de recente  
110 adesão, voltados à Abordagem Social e ao Acolhimento para pessoas em situação de rua, no  
111 valor total de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), dos quais R\$ 60.000,00 (sessenta mil  
112 reais) para a Abordagem e R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) para o Acolhimento para  
113 pessoas em situação de rua. Informou que, quando a adesão foi feita, o município de  
114 Londrina ainda não tinha o serviço de República, motivo pelo qual essa modalidade não foi  
115 assinalada. Posteriormente o serviço foi implantado e encontra-se em funcionamento com 10  
116 vagas. Gisele trouxe a solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social de

---

### Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

117 autorização do CMAS para pedir ao Estado a alteração do Plano de Ação, de modo que o  
118 serviço de República possa ser incluído no referido plano, com 10 metas. As demais  
119 modalidades ficariam da seguinte forma - Abrigo Institucional: 169 metas e Casa de  
120 Passagem: 21 metas. Também há necessidade de solicitação de alteração no Plano de Ação  
121 do Piso Paranaense de Assistência Social V, para ajuste das metas da Casa de Passagem e  
122 do Abrigo Institucional, para que as 50 metas não fiquem vinculadas apenas à Casa de  
123 Passagem, procedendo-se a distribuição de 21 metas na modalidade Casa de Passagem e  
124 29 na modalidade de Acolhimento para pessoas em situação de rua (totalizando as 50).  
125 Encerrada a apresentação desse ponto, a presidente Neusa submeteu as solicitações à  
126 avaliação da plenária, que deliberou favoravelmente às alterações propostas. Gisele passou,  
127 então, para o ponto 5, valores recebidos das fontes externas no exercício de 2017. Trouxe  
128 uma planilha que foi entregue ao conselho, em que constam os recursos recebidos, tanto da  
129 esfera federal, quanto da estadual. Informou que, do Bloco de Proteção Social Básica foram  
130 repassadas pelo Governo Federal, em 2017, 03 parcelas, permanecendo atrasadas 18  
131 parcelas do componente PAIF e 14 do componente SCFV; do Bloco de Proteção Social  
132 Especial de Média Complexidade foram repassadas 02 parcelas em 2017, permanecendo  
133 atrasadas 19 parcelas dos componentes Piso Fixo de Média Complexidade, Piso Fixo de  
134 Média Complexidade – MSE, Piso Fixo de Média Complexidade – Centro POP, Piso Fixo de  
135 Média Complexidade – Abordagem Social e 17 parcelas do Piso de Transição de Média  
136 Complexidade; do Bloco de Proteção Social Especial de Alta Complexidade foram  
137 repassadas 04 parcelas em 2017, permanecendo atrasadas 13 parcelas dos componentes  
138 Piso de Alta Complexidade I e Piso de Alta Complexidade I – Criança e Adolescente e 11  
139 parcelas do Piso de Alta Complexidade II. Em relação aos IGDs, foram 06 parcelas  
140 repassadas do IGD-SUAS e 12 do IGD-Bolsa Família, permanecendo em atraso 17 parcelas  
141 do primeiro e 1 do segundo. No tocante aos repasses estaduais do PPAS II, IV e V, Gisele  
142 informou que foram repassadas até as parcelas do terceiro trimestre de 2017, ou seja, até o  
143 mês de setembro. Além desses, houve o repasse dos valores tratados no item anterior,  
144 referentes à Abordagem e ao Acolhimento para população em Situação de Rua, que  
145 correspondem a dois trimestres de 2017 e, ainda, recursos do FIA. Assim, logo no início do  
146 exercício de 2018 este conselho será pautado a discutir critérios de partilha, seja dos  
147 recursos específicos da assistência social, seja dos repassados via FIA, em conjunto com o  
148 CMDCA. Em seguida, Gisele lembrou ao Conselho que houve deliberação anterior quanto à  
149 destinação dos valores equivalentes às metas anteriormente vinculadas à Casa de Maria ao  
150 Serviço de Acolhimento Familiar, porém essa discussão se restringiu a 10 metas (que  
151 correspondiam às deixadas pela entidade até o momento) e referiu-se apenas ao superávit  
152 da fonte 815. A Casa de Maria abriu mão de outras 10 metas posteriormente e, embora se  
153 tenha tratado na discussão do Orçamento/2018 quanto à aplicação dos valores equivalentes  
154 no serviço de Acolhimento Familiar, isso não foi objeto de deliberação ou de resolução.  
155 Sendo assim, Gisele submete ao conselho a avaliação quanto à possibilidade de uma  
156 deliberação nesse sentido, já permitindo que haja a aplicação dos valores equivalentes às 20

---

### Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

157 metas no Acolhimento Familiar quanto às parcelas repassadas em 2017 (a Plenária deliberou  
158 favorável a aplicação do referido recurso na modalidade Família Acolhedora). **4-**  
159 **Municipalização dos 03 CRAS – Centro de Referência de Assistência Social:** Neusa Tiba  
160 justificou ausência da Secretária Nádia, por estar participando da Conferência Nacional da  
161 Assistência Social em Brasília e iniciou com um breve histórico da Municipalização em  
162 Londrina até o momento em que a Secretária não poderá se eximir de concluir o processo de  
163 municipalização que já deveria ter sido concluída em dezembro de 2016, conforme  
164 deliberação da CIB. Relata ainda que caso a SMAS não o fizesse, o CMAS terá que tomar  
165 providências cabíveis com relação a gestão, visto ser imprescindível a municipalização para  
166 atender os princípios da Administração Pública na gestão da política de Assistência social.  
167 Paulo Aragão, diretor da proteção social básica iniciou sua fala com a leitura do ofício de  
168 resposta da SMAS quanto a Municipalização e a contratação de equipe mínima para os três  
169 CRAS a serem municipalizados. Ana Claudia disse ter feito a lição de casa e verificou qual a  
170 equipe que hoje compunha os CRAS e a quantidade de atendimentos dos mesmos, relatou  
171 que há diferença entre eles dependendo da demanda e complexidade dos territórios e que  
172 preocupa a fala de equipe mínima. A representante da PROVOPAR Ana Lúcia Conde  
173 também perguntou se manterá o mesmo número de RH, Paulo relatou que serão contratados  
174 3 Assistentes Sociais, 1 psicólogo para cada CRAS e dois motoristas. Paulo ressalta que  
175 embora nesse momento trabalhe na perspectiva de equipe mínima, sem dúvida é um ganho  
176 a Municipalização. Coloca que esse processo tem duas faces e elas sem dúvida traz vários  
177 questionamentos. Equipes que hoje atuam trazem experiências acumuladas e toda transição  
178 no primeiro momento trazem interrupções, perdas, mas que a médio prazo serão superadas,  
179 e resgata que foi assim quando os demais CRAS foram municipalizados. Justifica que,  
180 contudo, o serviço sendo municipalizado garantirá um processo de continuidade e  
181 qualificação do serviço com os demais CRAS de forma padronizado. Paulo relatou estar  
182 alegre por romper com a prática que não estava de acordo com os preceitos legais e que, só  
183 o tempo irá mostrar os ganhos para a política de Assistência Social no Município. No entanto,  
184 ressaltou que está triste por saber que vários colegas estão deixando o CRAS com suas  
185 experiências acumulados. Reforça que todos realizaram um excelente trabalho e agradece a  
186 importante contribuição para a política de assistência social, e afirma que sem dúvida  
187 deixaram um legado. O assistente social Daniel Soares da Silva manifestou que como  
188 trabalhador do SUAS não pode deixar de defender a Municipalização, porém mostra  
189 preocupação com o processo em que se dará tal Municipalização, se irão compor as equipes  
190 em mesmo número, pois estes já não eram suficientes para realizar o trabalho no PAIF como  
191 deveria com excelência, mas realizavam com qualidade e isto não pode ser interrompido.  
192 Daniel ressaltou que teme um sucateamento da política de Assistência Social em Londrina  
193 nos moldes como vem ocorrendo no contexto estadual e nacional, por isso solicita que o  
194 CMAS delibere acompanhamento do processo de Municipalização e que tenham equipes  
195 mínimas que deem conta da realidade de Londrina e não apenas cumpra a legalidade da  
196 NOB SUAS RH, pois já se sabe que esta dá conta apenas de plantão social. Ressaltou que

---

### Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

197 deve ter equipe que garanta a continuidade dos serviços prestados pelos três CRAS e com  
198 qualidade, pois a Municipalização deve ocorrer no sentido de melhoras e não de oneração  
199 para o usuário. Daniel relatou que estamos vivendo um contexto muito triste para a política de  
200 Assistência Social, que veio de Brasília e o retrocesso do SUAS é assustador, com a volta da  
201 caridade e entrega de cestas básicas, entre outros. Daniel alertou que enquanto  
202 trabalhadores do SUAS não podemos fechar os olhos para tudo o que está ocorrendo no  
203 contexto da política de assistência social e convida a todos os presentes a participarem do  
204 fórum dos Trabalhadores do SUAS para discutirem os rumos da política no município do  
205 Londrina. Terminou questionando qual será o posicionamento do CMAS em relação a estas  
206 questões postas. Neusa colocou que é histórico que o CMAS acompanha os serviços não  
207 governamentais e precisa sim acompanhar os serviços governamentais também e este  
208 deverá ser o compromisso do CMAS. Valmirete relatou que nas Gestões anteriores houveram  
209 sim acompanhamento dos serviços governamentais, talvez não tão intenso como os serviços  
210 não governamentais, mas sim foram acompanhados. Inclusive pediram esclarecimentos a  
211 gestão sobre municipalização dos CRAS, pois sempre ouviram que os convênios com  
212 PROVOPAR não poderia continuar, porém não tinham uma posição sobre Municipalização.  
213 Ana Claudia colocou que Municipalização é preciso sim, e não acredita que Londrina ainda  
214 esteja passando por isso, pois já deveria ter todos os CRAS Municipalizados, porém  
215 preocupa não ter a reposição dos 21 técnicos. Questiona que se SMAS já sabia que teria que  
216 municipalizar por que não fez isso de forma ordenada com transição que possibilitasse  
217 continuidade e não interrupção de serviços. Paulo respondeu que isso deveria ter sido feito e  
218 que a SMAS buscou isso, mas houveram tentativas de barrar o processo e isso acabou  
219 atrasando o processo resultando no contexto atual, contudo garante que o serviço não será  
220 interrompido e que SMAS irá organizar escala para garantir o atendimento nos respectivos  
221 CRAS até a contratação dos novos servidores públicos que serão chamados na próxima  
222 semana do concurso público em aberto. Paulo elogia Ana Claudia e diz que todos os  
223 conselheiros deveriam fazer o que ela fez, a lição de casa e isso é louvável. Paulo diz que a  
224 conjuntura Nacional não é de estabilidade, sendo assim mesmo com a contratação de equipe  
225 mínima, ainda assim é um ganho para a política de assistência social em Londrina e o tempo  
226 dirá sobre os resultados e o CMAS deve sim acompanhar esse processo. Cláudio perguntou  
227 para Paulo se PGM (representante da secretaria do planejamento) se manifestou em relação  
228 aos trabalhadores do PROVOPAR. Paulo respondeu que desconhece, mas acredita que o  
229 município não faz gestão sobre os trabalhadores do PROVOPAR, mas sim ao próprio  
230 PROVOPAR regular essa relação. Ana Lucia Conde relatou que sempre defendeu a  
231 municipalização, nunca concordou que o mesmo serviço fosse realizado por várias  
232 instituições e trabalhadores ganhavam salários diferentes. Colocou que até as metas para  
233 serem cumpridas se diferenciavam entre os CRAS Municipalizados e os CRAS PROVOPAR.  
234 Deixou claro que todos sabiam que a Municipalização em algum momento iria acontecer, logo  
235 não se opõem a mesma, mas sim da maneira como foi organizada. Relatou que fala em  
236 próprio nome, que está triste pois o PROVOPAR foi parceiro do Município por 18 anos e

---

### Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

237 serão vários profissionais mandados embora de forma desordenada, num contexto de  
238 escassez de emprego e que SMAS não se preocupou se o PROVOPAR teria como demitir a  
239 todos que quase que não tiveram tempo hábil para darem aviso prévio, souberam em cima  
240 da hora sobre a Municipalização, pois convênio terminará em 31/12/2017. Paulo colocou que  
241 se tivessem a resposta do prefeito poderiam ter agilizado o processo, também colocou que  
242 logo que souberam pensaram em falar com os trabalhadores, porém o presidente da  
243 PROVOPAR – sr. Fernando se propôs a fazê-lo, pois cabia ao PROVOPAR fazer a primeira  
244 fala. Dessa forma assim que teve a resposta definitiva se propuseram a vir falar no conselho.  
245 A funcionária do Provopar Kely Cristina Lemes manifestou sua preocupação com a  
246 população, também colocou que a questão da municipalização vem sendo discutida a tempo  
247 e defendeu que deve haver a continuidade de tudo que foi conquistado. Vanessa conselheira  
248 perguntou como ficará o CUPOM depois do dia 15 de dezembro. Paulo esclareceu que essa  
249 interrupção se faz necessária para que PROVOPAR faça a prestação de contas. Ana Lucia  
250 contribuiu dizendo que isso já ocorreu em outras ocasiões. Paulo responde para Kely que  
251 esse processo também não agradou a SMAS, porém fugiu ao controle da SMAS, pois  
252 dependeu de outras instancias. Explicou que a contratação está sendo feita em caráter de  
253 urgência e que está trabalhando junto com Maria Ines Coordenadora de CRAS com  
254 cronograma de escala de servidores para cobrirem os CRAS até a vinda dos novos  
255 servidores garantindo assim a continuidade de serviços, e garante que o CRAS estará  
256 funcionando normalmente. O sr. Douglas advogado do PROVOPAR relata que também é  
257 servidor público e que fica indignado com a forma massacrante da dignidade dos  
258 trabalhadores do PROVOPAR pela falta de planejamento da SMAS com a municipalização,  
259 pois não fizeram uma previsão básica de sucessão entre PROVOPAR pela SMAS. Relata  
260 que é voluntário porque é apaixonado pelo serviço desenvolvido pelo PROVOPAR e não  
261 entende como pode haver tamanha desumanização nesse processo. Ainda coloca que se  
262 não tivessem corrido para aplicar o aviso prévio aos trabalhadores não teriam se quer  
263 dinheiro para pagar os salários, que não poderia deixar de dizer isso. A conselheira Maria  
264 Angela se manifesta dizendo que tem acompanhado a política de assistência social e que em  
265 outros momentos também não foi fácil o processo de municipalização e o tempo mostrará  
266 com mais clareza os acontecimentos. Para isso estamos aqui enquanto CMAS para  
267 acompanhar e mostrar o que precisa ser feito, julgar nesse momento é imaturo. Ainda  
268 ressalta que ao lado de Paulo que hoje é diretor da Proteção Social Básica pode garantir que  
269 é um ótimo profissional e irá conduzir esse processo da melhor forma para garantir os direitos  
270 aos usuários da política de assistência social. Também ressaltou que somos todos  
271 profissionais de referência, saem uns, entram outros e todos temos condições de conduzir o  
272 serviço, cabe ao conselho o controle social. Luana Garcia relatou que não cabe discutir a  
273 Municipalização, pois este é fato e já deveria ter acontecido, é avanço, mas se preocupa com  
274 a situação dos trabalhadores do PROVOPAR. Colocou que já viu isso em outros momentos,  
275 com a ADEFIL, com Pão da Vida e é muito triste ver profissionais depois de uma longa  
276 jornada de trabalho e dedicação serem demitidos sem os mínimos de direitos trabalhistas

---

### Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

277 garantidos e sem muito campo de atuação. As relações de trabalho não são iguais, devem  
278 ser mais solidárias. Diz que nunca teve como sonho ser funcionária pública, mas diante de  
279 tantas incertezas com o tempo de profissão começa a pensar em ser para ter estabilidade, no  
280 entanto ressalta que as parcerias são necessárias ao município e por isso deveriam pensar  
281 em formas mais igualitárias de trabalho para os servidores das entidades. Valmirete  
282 perguntou como será feita essa transição. Paulo colocou que questões políticas atrasaram o  
283 processo de municipalização, mas que se for preciso será paga hora extras para garantir  
284 atendimento. Ana Lucia relatou que não houveram questões políticas, mas falta de  
285 planejamento para Municipalização e cuidado com as relações com o usuário. Marina  
286 Andrade relata que de fato é triste ouvir que foi desta forma, pois reconhece o trabalho  
287 importante feito pelo PROVOPAR em todos esses anos e pela dedicação dos colegas que  
288 agora são demitidos, porém esta situação ocorreu desta forma devido a vários fatores que  
289 extrapolaram o âmbito da SMAS. Resgatou que havia um processo de reordenamento em  
290 curso, e prazo para municipalizar todos os CRAS, porém devido ao plano de  
291 contingenciamento determinado pelo governo anterior não foi possível a efetivação das  
292 contratações de novos servidores, prorrogando assim o convênio com a PROVOPAR. No  
293 entanto a Lei do Marco Regulatório nos obriga a regularizar a situação e por isso a  
294 municipalização será efetivada. Relembrou ainda que pode parecer desordenado, mas o fato  
295 é que tanto Paulo quanto a Secretária Nádia fizeram tudo que estava em seu alcance para  
296 fazer o que precisava ser feito e dentro da legalidade. Maria Ines ressalta que não é fácil  
297 efetivar esse processo, porém é necessário. Destacou que tanto ela quanto Paulo sempre  
298 tiveram muito respeito pelos trabalhadores do PROVOPAR e a municipalização nunca teve  
299 como foco de discussão o processo de trabalho realizado por eles, mas a necessidade de ser  
300 um serviço executado pela SMAS como preconiza a lei. Algumas questões fugiram ao  
301 controle, para gerar esta situação, mas devido a burocracia do serviço público e jamais por  
302 condutas impróprias ou desumanas. Coloca que parabeniza o Paulo pela condução do  
303 trabalho e ressalta que ele jamais falou algo em detrimento ao serviço prestado pelo  
304 PROVOPAR, pois ele foi até o serviço e agradeceu a todos, e também estava aguardando a  
305 resposta e deixa seu agradecimento a todos os trabalhadores do PROVOPAR. Keli ressalta  
306 que CMAS deve ficar de olho, plantão social é um desgaste e retrocesso. Daniel coloca que  
307 cargos passam e pessoas ficam, por isso o CMAS deve estar atento a todas as mudanças  
308 propostas. Neusa diz que comissões já tem esse papel de acompanhar e que o momento  
309 exige serenidade, pois é um processo que já era esperado e que somente o tempo irá dizer  
310 sobre os resultados disso tudo. Ressalta que os serviços sempre poderão ser avaliados e  
311 melhorados. Neusa ponderou que este processo não precisaria ser dessa forma, pois tinham  
312 documentos exigindo o reordenamento e pede desculpas se o conselho falhou em algum  
313 momento. Agradeceu o PROVOPAR e todas as instituições parceiras na operacionalização  
314 da Política de Assistência Social em Londrina. Garante que o CMAS acompanhará o  
315 processo e que o usuário não ficará sem atendimento. Registre-se que a lista de presença é  
316 documento integrante desta ata. A reunião é encerrada às 16h46min, sendo o que havia a ser



---

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

317 relatado, eu, Marina Bertonccini de Andrade, primeira Secretária deste Conselho, redijo a  
318 presente ata desta reunião ordinária que será encaminhada para apreciação e aprovação.